



RESOLUÇÃO N.º 90/2023 - CRESS 27ª REGIÃO RORAIMA

Estabelece os patamares mínimos e máximos para fixação da anuidade para o exercício de 2024 de pessoa física e jurídica, no âmbito do CRESS 27ª Região e determina outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhes são conferidas pela Lei 8.662/93, Resolução CFESS nº 891/2018 e Regimento Interno;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CFESS nº 853, de 21 de maio de 2018, que instala o Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/ Roraima;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 8 de junho de 1993, Seção 1, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 209, de 31 de outubro de 2011, Seção 1 que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS nº 777, de 21 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 223, de 22 de novembro de 2016, Seção 1, que Institui a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS nº 1.043, 9 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 194, de 10 de outubro de 2023, Seção 1, que regulamenta as anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica e as taxas no âmbito dos CRESS, e determina outras providências;

CONSIDERANDO as deliberações do 50º Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em Brasília/DF de 07 a 10 de setembro de 2023, especialmente quanto à decisão de corrigir os valores praticados em 2023 em 3,53% (INPC/IBGE – agosto de 2022 a julho de 2023), relativos aos patamares máximo e mínimo das anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica e das taxas, para serem praticadas em 2024;

CONSIDERANDO a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, de forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima;

CONSIDERANDO a obrigação, de competência do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima, relativa à responsabilidade com a arrecadação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 27ª REGIÃO/RR



todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS nº 1.043, 9 de outubro de 2023, que estabelece o patamar mínimo de R\$ 432,83 (quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos) e máximo de R\$ 686,54 (seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), da anuidade de pessoa física e de pessoa jurídica no patamar único de 686,54 (seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), além da fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade para pessoa física e jurídica, tudo para o exercício de 2024;

CONSIDERANDO a Assembleia Geral realizada em 19 de outubro de 2023 na Universidade Estadual de Roraima – UERR, Campus Boa Vista, Sala 12, às 19h00min, que aprovou os valores das anuidades para pessoa física no valor R\$ 508,20 (quinhentos e oito reais e vinte centavos) e de pessoa jurídica no valor de R\$ 686,54 (seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme deliberação pactuada no 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS- CRESS;

CONSIDERANDO, ainda, a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CRESS 27ª Região/Roraima realizado no dia 1º de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º - Fixar valor de **R\$ 508,20** (quinhentos e oito reais e vinte centavos) a anuidade de pessoa física a ser cobrada pelo Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima, no EXERCÍCIO DE 2024, dos profissionais inscritos e a se inscreverem e para pessoa jurídica no patamar único de R\$ **686,54** (seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Parágrafo Primeiro: Os prazos para pagamento da anuidade em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação no 50º Encontro Nacional CFESS/CRESS:

- I- Janeiro de 2024, com vencimento no dia 10 de fevereiro;
- II- Fevereiro de 2024, com vencimento no dia 10 de março;
- III- Março de 2024, com vencimento no dia 10 de abril;
- IV- Abril de 2024, com vencimento no dia 10 de maio.

Parágrafo Segundo: A anuidade de 2024 que for quitada, neste exercício, em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, terão os seguintes descontos:

- I – Janeiro/2024 – 15% (quinze por cento) – R\$ 431,97 (Quatrocentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos);
- II – Fevereiro/2024 – 10% (dez por cento) – R\$ 457,38 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos);
- III – Março/2024 – 5% (cinco por cento) – R\$ 482,79 (quatrocentos e oitenta e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 27ª REGIÃO/RR



dois reais e setenta e nove centavos);

IV – Abril/2024 – valor integral, sem desconto – R\$ 508,20 (quinhentos e oito reais e vinte centavos).

Parágrafo Terceiro: O valor integral da anuidade de 2024, poderá ser paga em **até 10 (dez) parcelas**, com valores iguais e sem desconto;

Parágrafo Quarto: A anuidade não paga em cota única até o dia **10 de maio de 2024**, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo 3º deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos:

I - multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade;

II - juros simples de 1% (um por cento) ao mês;

Parágrafo Quinto: As anuidades relativas a exercícios anteriores a 2024, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo 4º deste artigo, inclusive em relação à incidência da multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo Sexto: A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o dia **10 de maio de 2024**, poderá ser parcelada em até **06 (seis) vezes**, a critério do profissional interessado, sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente Artigo.

Parágrafo Sétimo: Os acréscimos referidos no parágrafo 4º do presente Artigo, devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

Art. 2º - A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/Roraima, poderá ser parcelada em até 03 (três) vezes, a critério exclusivo deste, desde que a última parcela não ultrapasse o mês de **outubro de 2024**.

Parágrafo único - No ato da primeira inscrição do registro profissional será concedido desconto de 10% (dez por cento) do valor da anuidade (integral ou proporcional), que poderá ser acumulado com o desconto previsto no parágrafo segundo do artigo 1º.

Art. 3º - Fica concedido a isenção de anuidade as/aos assistentes sociais inscritos/as ou que forem se inscrever, que comprovarem:

I - Possuir idade igual ou superior a 60 anos;

II - Ter suspenso exercício profissional no país em função de missão ou mudança temporária para outro país;

III - Ter sido acometida/o por doenças crônico-degenerativa ou incapacitante por mais de seis meses;

IV - Privação de liberdade determinada judicialmente.

Parágrafo Primeiro: No caso do inciso II a isenção durará igual período da missão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 27ª REGIÃO/RR



ou estadia em outro país.

Parágrafo Segundo: No caso do inciso III a comprovação será feita por meio de laudos médicos especializados.

Parágrafo Terceiro: O disposto nos incisos II e III estão previstos nos artigos 62 a 67 da Resolução CFESS nº 582/2010.

Art. 4º - Ficam fixados os valores das seguintes taxas, a partir da fixação da anuidade de 2024:

I – Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição de Documento de Identidade Profissional) - **R\$ 107,89** (cento e sete reais e oitenta e nove centavos);

a) Valor da taxa inscrição – **R\$ 27,02** (vinte e sete reais e dois centavos);

b) Valor do Documento de Identidade Profissional – DIP – **R\$ 80,87** (oitenta reais e oitenta e sete centavos);

II – Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Jurídica) **R\$ 134,87** (cento e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos);

III – Inscrição Secundária de Pessoa Física (abrangendo a expedição do Documento de Identidade Profissional): **R\$ 107,89** (cento e sete reais e oitenta e nove centavos);

IV – Substituição de Documento de Identidade Profissional DIP ou expedição de 2ª. Via – **R\$ 80,87** (oitenta reais e oitenta e sete centavos);

V – Substituição de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica - **R\$ 53,92** (cinquenta e três reais e noventa e dois centavos);

Parágrafo único - Ficará isento do valor para substituição do Documento de Identidade Profissional ou expedição de 2ª via a/o assistente social que apresentar boletim de ocorrência em situações de furto ou roubo do documento.

Art. 5º Os débitos decorrentes do não pagamento de anuidades, multas, taxas e outros poderão ser parcelados em:

I - 5 (cinco) vezes, na hipótese de o débito se referir a somente um exercício;

II - 10 (dez) vezes, na hipótese de o débito se referir de 2 (dois) a 3 (três) exercícios;

III - Até 20 (vinte) vezes, na hipótese de o débito se referir a 4 exercícios.

Parágrafo Primeiro - O parcelamento deverá ser feito mediante acordo entre o CRESS 27ª Região e profissional devedor/a, mediante a subscrição de “Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito”.

Parágrafo Segundo - Fica limitado em até duas vezes, no máximo, o reparcèlement de débitos havidos com os CRESS, sendo admitido, conseqüentemente, firmar o primeiro parcelamento de dívida com o CRESS e, após reparcèlement estes mesmos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 27ª REGIÃO/RR



débitos por mais duas vezes.

Art. 6º O CRESS 27ª Região/Roraima dará cumprimento à Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, observando as dimensões político-educativa e jurídico normativa para cobrança dos débitos.

Parágrafo único – Os valores em atraso serão objeto de rigoroso controle administrativo, de forma a não ensejar a prescrição dos débitos.

Art. 7º A existência de valores (anuidades, taxas, multas e outros) em atraso não obsta o cancelamento do registro profissional a pedido da/do interessada/o.

Parágrafo único - Após a efetivação do cancelamento da inscrição, os eventuais débitos existentes até a data do requerimento serão cobrados pelas vias administrativas e/ou judiciais competentes.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/Roraima, em deliberação de seu Conselho Pleno;

Art. 9º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua assinatura. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista, 1º de dezembro de 2023.

LAURINETE RODRIGUES DA SILVA

Conselheira Presidente

CRESS 27ª Região RR